

ATA NÚMERO TRÊS MIL E TRINTA E TRÊS (3.033)

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dez reuniu-se extraordinariamente no Plenário Vereador César Augusto Leoni, o Poder Legislativo Municipal da Lapa sob a Presidência da Vereadora, Casturina Coltz Bosch Hendriks, Secretariada pelos Vereadores João Carlos Leonardi Filho e Vilmar Fávaro Purga, presentes os Vereadores: Acyr Hoffmann, Carlos A. Hammerschmidt, Élio Narlok Wesolowski, José Francisco Hoffmann, João Renato Leal Afonso e Wilmar Horning. À hora convocada a Senhora Presidente Casturina Coltz Bosch Hendriks declarou aberta a Sessão, e iniciando imediatamente com a Ordem do Dia para a qual foi convocada. Em 1ª discussão o Anteprojeto de Lei nº 20/2010, de autoria do Executivo Municipal, que define as obrigações de pequeno valor, a que alude o § 3º, do art. 100, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 09.12.09 e adota outras providências. Livre a palavra para discussão fez uso dela o Vereador José Francisco Hoffmann dizendo que, esse Projeto nº 20 é bastante complexo, e havia feito uma emenda nesse projeto, mas acabou retirando-a e já assinou a documentação necessária para isso. E a respeito desse Projeto nº 20, pensa da seguinte forma, isso aqui está sendo jogado para a Câmara Municipal de uma responsabilidade que não é do Legislativo, então entende que há três Poderes, o Judiciário, o Executivo e o Legislativo, e o que acontece com esse Projeto é o seguinte, o Judiciário no futuro, porque esse Projeto não fala a respeito dos funcionários da Kualiter, mas pelas últimas declarações do Executivo em programa de rádio, este Projeto é para abranger os funcionários da Kualiter que faliu, e que a Prefeitura esta sendo executada pelo Judiciário a pagar esse dinheiro que é, segundo o Executivo, em torno de três milhões. Então o Judiciário dá um parecer favorável a população dizendo que o Município deve pagar a conta, porque foram pessoas que trabalharam e devem receber o dinheiro, não interessa de onde, e isso vai para o Executivo, e o Executivo dá um parecer que quer pagar, só que ele não quer se comprometer porque ofende os cofres públicos, então este Vereador pergunta, ele compromete os cofres públicos se tiver que pagar a vista, mas e a população como é que vai ficar, então ele compromete a população credora que já ganhou esse dinheiro através do trabalho e não receberam. Então a Prefeitura não quer assumir a responsabilidade, e acontece que o Executivo manda para o Legislativo aqui, quer dizer, o Executivo passa a responsabilidade do Projeto para que os Vereadores façam a votação aqui, e onde, tem certeza absoluta, a população vai ter prejuízo, porque de acordo com o Projeto, sessenta VRM dariam mais ou menos vinte e dois mil e trezentos reais por mês, e se o Executivo tem que pagar nessa causa trabalhista três milhões, então há aí cento e trinta a cento e quarenta meses para a população receber, isso dá mais de dez anos. E estão aqui para defender a população ou o cofre público, foi o Executivo que errou lá atrás, e é o Executivo que tem que pagar agora, e mandam para a Câmara Municipal um Projeto que este Vereador estaria de acordo se fosse a partir das pessoas que vão entrar a trabalhar no Município de hoje pra frente, mas o retroativo lá há três ou quatro anos atrás, só porque a causa esta sendo julgada agora, este Vereador não pode concordar com isso. E isso faz lembrar o Presidente Collor de Mello quando na época, bloqueou o dinheiro da população, e a Prefeitura está igual, é como se estivesse bloqueando o dinheiro do pagamento desse pessoal, então a população esta perdendo. E o Executivo diz no rádio, que a Câmara Municipal está segurando para que eles recebam, só que o Executivo não diz quantos anos eles vão demorar para receber, aí passa aqui para a Câmara fazer uma votação dizendo que a lei é boa, e que eles vão ter de dez a onze anos para receber, e este Vereador é totalmente contra este Projeto de Lei, e o Executivo teria que ver um outro meio, como um empréstimo, que até o Vereador Carlinhos falou em uma reunião, que o Município poderia fazer um empréstimo, e a melhor coisa que o Município deveria fazer era isso e pagar todo esse pessoal, porque esse pessoal vai vir aqui nos Vereadores, porque daqui seis meses o Executivo vai no rádio de novo e vai dizer que eles estão recebendo em seis, cem ou mais meses, de acordo com as entradas do Judiciário, e vão dizer que foi a Câmara que votou, que vejam com os Vereadores, eles que são os responsáveis. Então o Executivo vai jogar tudo encima dos Vereadores, apesar de que este Vereador não tem medo disso e nem de nada, e espera que os demais Vereadores raciocinem que, se estão sentados aqui a idéia é de fiscalizar e defender a população de acordo com o juramento que fizeram, e terão que votar contra este Projeto para

defender a população. Com a palavra o Vereador Élio Narlok Wesolowski disse que, com certeza esse Projeto é legal, a Constituição permite que o Prefeito faça isso, só que ele é imoral, e é ilegal e imoral porque, como disse o Vereador Juquinha, se fosse daqui pra frente até poderia ser a favor, mas sabedor do que está acontecendo no Município, das ações que estão sendo julgadas, é que veio esse Projeto e vai prejudicar os trabalhadores, e trabalhadores esses que não são ricos, são pessoas humildes que precisam desse dinheiro para construir sua casinha e para sobreviver, e vão dar mais um tempo ainda para eles ter esse dinheiro. Em 2007, este Vereador foi procurado, como jornalista, pelas pessoas que faziam parte e trabalhavam na Kualiter, os garis, as pessoas que prestavam serviço para a Prefeitura, e para acompanhar o processo, então este Vereador acompanhou e fala com fundamento. A Kualiter tinha um advogado que respondia na época, pelo senhor Osni que era o proprietário, e ele ficou prometendo durante um mês que essas pessoas iriam ser pagas, as pessoas acreditavam e eles iam enrolando o pagamento, não pagavam, e a Prefeitura continuou depositando o dinheiro sabendo que os funcionários não recebiam, e este Vereador lembra muito bem que, para receber da Prefeitura é preciso apresentar todas as certidões negativas e a quitação dos funcionários, para poder receber da Prefeitura no próximo mês, e a Prefeitura sabendo que estava sendo feito isso, não pagavam férias nem décimo terceiro, mesmo assim ela continuou repassando dinheiro. E sem mais saber o que fazer, num sábado pela manhã, algumas pessoas procuraram este Vereador, inclusive a senhora Sandra Benedita Santana que foi até candidata, e ela falou que eles iriam pagar na segunda-feira dia vinte e quatro de dezembro de dois mil e sete no Banco Itaú, e estava lá para ser testemunha, e o pessoal não tinha dinheiro para nada e iriam passar o Natal totalmente sem dinheiro, já são pessoas que ganham salário mínimo e ainda passar sem dinheiro, e aí na segunda-feira essas pessoas foram até o Banco Itaú e ficaram esperando até o Banco fechar, e o Banco fechou ninguém foi lá dar satisfação do que estava acontecendo, aí a senhora Sandra lhe ligou e falou que eles não pagaram, este Vereador foi lá e eles estavam todos reunidos na esquina do Banco Itaú, e disse que só tinha uma pessoa que poderia resolver essa situação e que era o Prefeito Municipal na época, mas como achar o Prefeito Municipal no dia vinte e quatro de dezembro, e foram até a frente da casa dele, a princípio achou que tinha feito a pior burrada da vida, mas bem no fim fez a melhor coisa, e por sinal foram bem atendidos pelo Prefeito. E até comentava com o senhor Marcelo Batista que os atendeu, que aquele pessoal não tinha o que comer no dia vinte e cinco de dezembro, aí o Secretário Luiz Otávio Pasdiora prometeu dar um vale de cem reais para cada um dos cento e cinquenta funcionários que daria quinze mil reais, e fez o cheque para essas famílias, isso era umas quatro e meia da tarde, e aonde essas pessoas iriam fazer compra, cento e cinquenta famílias iriam entrar num supermercado às cinco horas da tarde sendo que fechava as sete, aí foram até aquele supermercado onde era o Super Dip e o gerente não quis atender, voltaram no supermercado Condor e o gerente senhor Luiz atendeu. E foi uma coisa boa porque até a noite na hora da Santa Ceia, cento e cinquenta famílias vão ter cem reais pelo menos para comer, e no dia vinte e seis, na quarta-feira pela manhã, o Prefeito e o senhor Pasdiora foram ao jornal, e estava contando o que tinha feito na segunda-feira e falando que o Prefeito foi muito bem, atendendo as pessoas e que tomaria uma providência, e quando ele chegou lá agradeceu por ter atendido aquelas pessoas, e ele disse que *‘nunca ninguém fez isso na casa de um Prefeito na Lapa, imaginem o que a oposição vai falar’*, aí caiu a casa, tinha falado coisas boas, e agora, aí ele foi embora do jornal e este Vereador ficou com cara de tacho porque tinha feito para a administração uma coisa ruim, mas para as cento e cinquenta famílias sabe que fez uma coisa boa, e a Prefeitura ficou mais um tempo pagando a Kualiter sendo que ela não passava o dinheiro, e agora estão aqui, e não sabia que iria ser Vereador e que estaria votando um Projeto desses que lá atrás já tinha acompanhado. E agora vendo isso, alguém tem que ser penalizado da seguinte forma, tem que a empresa, ou os bens de quem era proprietário da empresa ou a própria administração da época, tem que responder por isso e não os Vereadores de agora, e também porque foi julgado a revelia esses processos, por que ninguém foi atrás desses processos antes. Então há muitas dúvidas no ar que se fosse um Projeto simples já tinham votado, se fosse um Projeto que beneficiasse as pessoas que não receberam e a Prefeitura já teriam votado, e como diz o Prefeito Paulo Furiati, que este Vereador e o Vereador Juquinha estão atravancando

Projetos, e este Vereador votou contra em apenas um Projeto, e esse vai ser o segundo que vai votar contra porque não está convencido, alguém vai ter que convencer, também é leigo e alguém tem que convencer que esse Projeto é bom, é bom para quem. Foi chamado aqui o Procurador do Município e ele não soube explicar direito o Projeto, ele falou que iria voltar, e voltou seis meses depois, ele voltou aqui e ligaram às três horas da tarde para este Vereador dizendo que as quatro horas da tarde tinha uma reunião aqui com o Procurador para explicar o Projeto nº 20. E ficou indignado, porque quando é pra eles é tudo a toque de caixa, e quando os Vereadores pedem para consertarem ruas ou bueiros demoram de seis meses a um ano, e quando é assim os Vereadores não tem valor, mas quando é um Projeto assim aí tenham valor, e porque que não convidaram todos os Vereadores com antecedência, sabendo que o Projeto já estava atrasado. Então este Vereador é contra porque não está convencido que esse Projeto é bom, com certeza é legal, mas é imoral porque estão votando aqui se alguém vai receber ou não, e na verdade este Vereador gostaria de pedir mais esclarecimentos sobre esse Projeto, mas se pedir vistas não vai ser aprovado, e se não tem como pedir vistas, o voto deste Vereador é contrário a esse Projeto. Com a palavra o Vereador Wilmar Horning disse que, este Vereador é favorável de pagar e o povo receber, só que tem um, porém, o outro lado da moeda, se realmente vir todos esses processos, numa leva de três milhões, e todo mundo sabe que a Prefeitura não está numa situação boa, e se fizer um empréstimo, de onde vai sair esses três milhões, será que alguém vai se sujeitar a emprestar esse valor para a Prefeitura pagar tudo de uma vez, e quem tinha que pagar era o senhor Osni e os administradores anteriores que erraram, e agora a Prefeitura pagar em duplicidade, e ninguém está contra o povo, todos querem o melhor para o povo, agora o problema é se bloquearem no caso o CND, e se a Prefeitura não tiver com o que pagar a população vai ser mais prejudicada, porque vai ser hospital e clínicas parando, tudo parando, então é uma situação delicada. Com a palavra o Vereador Carlos Alberto Hammerschmidt disse que, quem é empresário sabe o quanto é difícil quando é chamado no Ministério do Trabalho e chega lá às vezes numa causa de cem reais e acaba pagando dez, cinco, seis ou oito, então aqui tem os dois lados da moeda, e nesse Projeto estão penalizando, quem sabe esses trabalhadores, a receber com oito ou seis anos pra frente, mas ao mesmo tempo estão penalizando a Prefeitura porque os dois estão sendo discutidos, são os dois que serão penalizados, a Prefeitura porque vai ter que pagar uma segunda vez e os trabalhadores que vão ter que receber num determinado tempo. Então o voto deste Vereador é favorável ao Projeto, e sugere que os Vereadores que tem o voto contrário, que tomassem de repente o caminho da Justiça para ver realmente quem são os verdadeiros culpados de toda essa história, porque podem prejudicar todo o Município fazendo com que a Prefeitura pague tudo de uma vez só, esse pagamento o Ministério do Trabalho vem e bloqueia todas as contas do Município, e aí estão em jogo setenta milhões em investimentos do Governo Federal na Lapa, mil e duzentos funcionários que estão efetivos hoje. Então de repente não votam o Projeto e acabam trancando e parando o Município em tudo, e este Vereador vota favorável porque nesse momento é a única saída que tem. Com um aparte o Vereador Élio Narlok Wesolowski disse que, porque que não venham aqui, não falam, não explicam direito as coisas, porque fazem as coisas na calada da noite, e querem fazer as coisas da noite pro dia, e porque o Prefeito fala no rádio e não vem aqui explicar para os Vereadores, foi julgado a revelia e porque não correram atrás, e porque um ano depois, sabendo desses problemas, porque não correram atrás no Ministério da Justiça, e colocam nas mãos dos Vereadores um problema tão grande como esse. Este Vereador até entende, três milhões é um valor grande, mas porque não correram atrás e deixaram ser julgado a revelia, isso não entra na cabeça, e este Vereador também tem o direito de não concordar com as coisas, porque não venham aqui explicar, porque fazer uma Sessão Extraordinária para votar um Projeto desses, porque que o Procurador não soube responder naquele dia as perguntas dos Vereadores, então é isso que este Vereador fica indignado, já falou que não é contra, não é oposição pela oposição porque se considera independente, mas eles têm que ter um pouco mais de respeito com os Vereadores e explicar aqui, e não chamar nos gabinetes alguns Vereadores e não todos para explicar, se é tão importante porque que não dão importância para os Vereadores também. Com a palavra o Vereador José Francisco Hoffmann disse que, este Vereador também fica indignado pela

seguinte forma, o Prefeito Municipal falou no rádio e na frente do Promotor Público que isto seria pago de quinze a vinte meses, e na gravação o Prefeito diz que vão pagar de quinze a vinte meses, mas então porque não escreveu aqui isso, porque que escreveu sessenta VRM e todos sabem que dois milhões e duzentos vai dar cem meses, e porque não esclareceu lá para o público poder analisar, e quando foi julgado esse processo porque a Procuradoria do Município não foi junto no Ministério para defender essa causa e fazer um acordo lá. E agora vem aqui o Projeto nº 20 que não diz de quinze a vinte meses, não esclarece, mas os Vereadores sabem que vai mais de cem meses para esse pessoal receber, então vão proteger os cofres públicos e as prateleiras dos que não tinham o que comer no Natal, quem é que vai proteger, e também este Vereador não aceita que em um orçamento de cinquenta e oito milhões do Município no ano, e para o outro ano o orçamento deve passar dos sessenta milhões, digam que dois milhões e meio vai quebrar os cofres públicos, isso aqui é história pra boi dormir, com um orçamento de mais de cinquenta milhões e o Prefeito com 40% de verba livre para gastar que votaram aqui, e dizer que dois milhões e meio vai quebrar o Município, isso sobre hipótese nenhuma, pode-se tirar um pouco de cada lado e se dá um jeito de fazer isso. E lembra-se que na campanha eleitoral o Prefeito disse o seguinte, *‘vamos baixar para sessenta o número de cargos comissionados’*, muito bem, este Vereador foi eleito e viu totalmente ao contrário, o Prefeito anterior tinha cento e um cargos, e o Prefeito atual hoje esta com cento e onze cargos, então cadê os sessenta cargos de confiança, e pode-se tirar um pouquinho desses cargos de confiança e ajuda a pagar essas pessoas, só não admite que tirem da educação e da saúde, mas de outros setores pode ser tirado, agora dizer que dois milhões e meio vai quebrar o Município, só podem estar brincando com a mente e a inteligência dos Vereadores, isso ofende a inteligência deste Vereador. Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o Anteprojeto de Lei nº 20/2010, de autoria do Executivo Municipal, que define as obrigações de pequeno valor, a que alude o § 3º, do art. 100, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 09.12.09 e adota outras providências, colocado em 1ª votação sendo aprovado por seis votos favoráveis e dois contrários. Foram contrários os Vereadores Élio Narlok Wesolowski e José Francisco Hoffmann. A Presidente Casturina informou que a segunda discussão do Anteprojeto de Lei nº 20/2010, de autoria do Executivo Municipal, que define as obrigações de pequeno valor, a que alude o § 3º, do art. 100, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 09.12.09 e adota outras providências, será realizada na Sessão Ordinária do dia quatorze de setembro de dois mil e dez. Nada mais a tratar a Senhora Presidente encerrou a Sessão agradecendo a presença de todos, bem como dos Senhores Vereadores, e convocou para a próxima Sessão Ordinária a realizar-se no dia quatorze de setembro de dois mil e dez, a hora regimental. Sendo o que tinha para constar, eu Marilda Bonczkowski, Auxiliar de Secretaria, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será por todos os Vereadores assinada.